

O livro *Um Segredo Muito Público* vem explicar o #MeToo português e em Portugal

P publico.pt/2024/06/23/sociedade/noticia/livro-segredo-publico-vem-explicar-metoo-portugues-portugal-2094887

Joana Amaral Cardoso



Público

Exclusivo

Assédio sexual

Um guia de apoio e um repositório de dados sobre o assédio e a luta feminista. *#MeToo Um Segredo Muito Público* é o primeiro livro português sobre o tema para o público generalista.

Joana Amaral Cardoso

23 de Junho de 2024, 6:00

Foto

Manifestação de estudantes em frente à Reitoria da Universidade de Lisboa contra o assédio moral e sexual em 2022 Tiago Lopes

É preciso explicar o movimento #MeToo em Portugal? Sim, porque o assédio, lamenta a académica Rita Santos, “ainda não é socialmente visto como um problema”, e porque “o #MeToo existiu e continua a existir em Portugal” de várias formas, sublinha a investigadora Sílvia Roque. *#MeToo Um Segredo Muito Público* é o primeiro livro português para um público generalista sobre o movimento, editado na semana passada, e nasce como “um acto de cidadania”, diz uma das autoras, Sílvia Roque.

O livro, assinado ainda por Maria João Faustino e Júlia Garraio, é uma breve história do que se passou desde 2017, é um glossário, é um guia de apoio, é um repositório de dados sobre o assédio em Portugal e sobre a luta feminista contra o mesmo e também uma janela aberta para o futuro da prevenção, do apoio à vítima e para a validação legislativa deste crime que ainda não o é.

Editado pela Avenida da Liberdade, foi apresentado no dia 13, na Feira do Livro de Lisboa. No meio do corrúpio de um feriado na feira, uma mulher que ia a passar foi compelida pelo tema e ficou a assistir. No final, estava em lágrimas, profundamente perturbada, nos braços de uma das autoras. Na assistência estavam especialistas em apoio à vítima que a ajudaram — uma vítima de violência sexual, uma transeunte, um momento evocativo da dimensão do problema.

A ideia de *#MeToo Um Segredo Muito Público* surgiu em 2021, confluência da entrevista da actriz Sofia Arruda em que falou do assédio sexual de que foi alvo e das consequências laborais sofridas, de vários trabalhos nos *media* e denúncias nas redes sociais, bem como da criação de colectivos e vigílias para dizer “eu também”. Que foram uma outra forma de afirmar “eu acredito” ou “este problema existe”. Passavam-se cinco anos desde o caso Harvey Weinstein, passaram-se outros três e o livro é como “um instrumento para memorializar” o que se passou, diz Rita Santos, mesmo “enquanto a história ainda está a acontecer enquanto movimento, e de forma muito dinâmica”, completa Maria João Faustino, investigadora sobre violência sexual, género e *media*.

O livro tenta, e consegue, ser acessível ao grande público e agregar testemunhos de Raquel Moreiras, denunciante de assédio quando aluna da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de especialistas como a juíza conselheira do Supremo Tribunal de Justiça Clara Sottomayor, da socióloga Isabel Ventura (autora do posfácio da obra) e de vítimas, membros de associações e colectivos dedicados ao tema. Sendo uma obra de académicas de várias áreas — todas tocam as questões de género —, cada uma chega com objectivos claros. Mostrar que o fenómeno não começou agora, desfazer estereótipos, acabar com a “normalização desta forma de violência”, como escreve Paula Cosme Pinto no prefácio.

Júlia Garraio, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e que integrou a Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa, interroga se o início da mediatização do movimento ter sido em Hollywood contribuiu realmente para a transformação social. Quis no livro “oferecer um contra-discurso a muitos dos lugares-comuns dominantes em Portugal”, como pensar que o assédio era um problema de privilegiadas de Hollywood, ou de extorsão de dinheiro, dando o exemplo da argumentação ouvida sobre as acusações de Kathryn Mayorga contra Cristiano Ronaldo.

Reacções que “tentavam estrangular qualquer iniciativa de articular o #MeToo em Portugal”, argumenta Garraio. Pede mais contextualização aos *media*, que se perceba que é um problema “sistémico e cultural, de todos os estratos sociais”. Que se coloque também “o holofote sobre as sombras”, outras instituições, profissões, acrescenta Rita

Santos, que estuda a paz, o controlo de armas ou a violência e género no CES. Maria João Faustino é mais optimista — a visibilidade de casos mediáticos abre "janelas de atenção que não temos quotidianamente para falar de violência sexual".

Por isso o livro olha para o #MeToo na Índia, na China, Egipto ou Paquistão, para Espanha e de novo para Portugal. "Há muita gente que diz que em Portugal não houve nem existe #MeToo porque acham que o #MeToo são escândalos", contextualiza Sílvia Roque, professora de Relações Internacionais na Universidade de Évora e investigadora do CES.



#Me Too - Um Segredo Muito Público - Assédio sexual em Portugal

Autoria: Sílvia Roque, Rita Santos, Maria João Faustino e Júlia Garraio

Editora: Avenida da Liberdade Editores

176 págs; 17€

Já nas livrarias

“Nós queremos mostrar que o #MeToo existiu e continua a existir de outras formas que não as que têm mais atenção, de denúncias de pessoas conhecidas e mediáticas. Quando vemos o que aconteceu na Faculdade de Direito [de Lisboa em 2022], quando vemos o que acontece no desporto [com as denúncias sobre o ex-treinador do Rio Ave em 2022], quando vemos o que acontece no CES”, enumera. O centro de investigação onde uma comissão independente identificou padrões de abuso de poder e assédio por parte de alguns superiores na hierarquia do centro, ao qual estão ligadas três das autoras do livro.

É o asterisco deste livro, mas que, explique-se, começou a ser preparado muito antes da eclosão daquele que é conhecido como o “caso Boaventura Sousa Santos”, actualmente investigado pelo Ministério Público e internamente no CES. É uma posição algo “ingrata”, diz Sílvia Roque, mas “não é porque acontece no CES que vamos ter uma atitude diferente da que temos perante todos os outros casos”. O mais importante é “reverter esta cultura de assédio” a todos os níveis sociais e que afecta, estatisticamente, mais as mulheres.

Até as/os feministas se dividem quanto ao #MeToo e este livro não vem pregar aos convertidos. Faz a história da luta pelos direitos das mulheres e contra o assédio, lembra desde a caricaturada “lei do piropo” até ao trabalho histórico da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), e tenta olhar para a frente. Sugere não só investigações feministas mais amplas e interseccionais, debate também a forma como a lei portuguesa olha para o assédio. “É muito significativo que a nova directiva europeia sobre violência doméstica e violência contra as mulheres não inclua violação e não inclua assédio sexual. Também nos deve fazer pensar”, diz Maria João Faustino.

As autoras concordam que a criminalização do assédio sexual, inexistente na lei portuguesa, é importante — com *nuances*. “Se ficamos apenas na criminalização, corremos o risco de ser cooptados pela extrema-direita, que é uma coisa que já acontece em muitas matérias”, avisa Sílvia Roque, mais focada num trabalho de resposta para as vítimas, de apoio jurídico, psicológico, económico. “Um apoio especializado” que envolva até, adiciona Rita Santos, “conhecimento sobre o Código do Trabalho”, por exemplo, quando o assédio acontece em contexto laboral. “Acredito mais na lei enquanto pedagogia social”, resume Faustino. “Sem um enquadramento legal adequado, não podemos exigir ao Estado respostas adequadas.”

Júlia Garraio é mais céptica quanto à ideia “do vigiar e punir”, evocando o historiador Michel Foucault, duvidando desde logo da “capacidade de os tribunais darem resposta às vítimas” pela complexidade das dinâmicas do assédio e da prova. Na frente legal preocupa-se, aliás, agitando em unísono as suas três co-autoras na entrevista colectiva feita pelo PÚBLICO, com “a utilização das leis da difamação para silenciar as vítimas. É aí que nós, como feministas, devemos estar muito, muito atentas.” A lei, sumariza Sílvia Roque, tem sido usada como arma para descredibilizar o movimento e as queixas. Inicialmente, o título do livro ia ser *Denunciar Não é Crime*.